

RESOLUÇÃO COMCAIBIR Nº.028/2021

Dispõe sobre aprovação da
Comissão de Seleção, conforme
art. 2º inciso X da Lei 13019/2014.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, instituído pela Lei Municipal Nº.2.923/2008, atualizada pela Lei Municipal Nº 3.614/2014 em consonância com o Estatuto da Criança e Adolescente, Lei Federal nº.8.069 de 13 de Julho de 1990, conforme deliberação em reunião ORDINÁRIA realizada no dia 03 de agosto de 2021 e, no uso de suas atribuições:

Considerando o Item X do Art. 2º da Lei 13019, de 31 de julho de 2014;

Considerando o Parágrafo 1º do Art. 27 da Lei 13019, de 31 de julho de 2014

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a criação de **Comissão de Seleção**, conforme art. 2º inciso X da Lei 13019/2014 que dispõe o seguinte:

Comissão de Seleção: órgão colegiado destinado a processar e julgar chamamentos públicos, constituído por ato publicado em meio oficial de comunicação, assegurada a participação de pelo menos um servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública.

Art. 2º- A presente **Comissão de Seleção** julgará processos apresentados pelas Organizações da Sociedade Civil conforme editais 001/2021 e 002/2021 e outros que porventura forem lançados pelo COMCIBIR.

Art. 3º- A Comissão de Seleção foi aprovada de acordo com a legislação pertinente, com os seguintes membros:

➤ **Herlon Mohamad de Almeida Hemaïdan (Instituto IPPES)**

- **Ana Paula Recla Marciano (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO)**
- **Jamila Carla Machado Goes (Associação PESTALOZZI)**
- **Sharon R. S. Patuzzo (Instituto PRESERVARTE)**

Art. 4º- Esta Comissão se reunirá com no mínimo três membros;

Art. 5º- Nos processos de seleção de projetos nos quais as entidades representadas nos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente figurem como beneficiários dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, os mesmos deverão abster-se do direito de voto.

Art. 6º- Fica eleita o membro **Ana Paula Recla Marciano como Presidente** da presente Comissão de Seleção

Art. 7º- Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário em especial a Resolução 005 de 10 de junho de 2021 e a Resolução 015/2021 de 31 de maio de 2021.

Ibiraçu/ES, 03 de Agosto de 2021.

HERLON MOHAMAD DE ALMEIDA HEMIADAN
PRESIDENTE
RESOLUÇÃO COMCAIBIR Nº 005/2020

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IBIRAÇU

Criado pela Lei Municipal Nº 2.128/2000 Alterado pela Lei Municipal nº. Nº 3.614/2014

➤ **Presidente:**

Jamilly Siller Lahass - Representante do Poder Público pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Humano.

Tel.: (27) 99869-1493

e-mail: jajalahass@gmail.com

➤ **Vice- Presidente:**

Herlon Mohamed de Almeida Hemaïdan – Representante da Sociedade Civil por meio do Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social e Educacional.

Tel.: (27) 99839-4462

e-mail: herlonhemaïdan@hotmail.com

➤ **Secretária:**

Ana Paula Recla Marciano – Representante do Poder Público pela Secretaria Municipal de Educação

Tel.: (27) 99749-2028

e-mail: paularecla@hotmail.com

➤ **DEMAIS MEMBROS:**

Valeska Cristina Modenese Ramalho

Tel.: (27) 99963-8553

E-mail: valeskacristinamr@gmail.com

Camila Casula Moro Pegoretti

Tel.: (27) 99746-9435

Jamilla Carla Machado Goess

Tel.: (27) 98841-0194

E-mail: milamg.2007hotmail.com

Sharon Raiana da Silva Pattuzo

Tel.: (27) 99619-5931

Monique Minchio Batistas

Tel.: (27) 99813-5663

Izabel de Seixas Sousa da Cunha

Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente de Ibiracú – CNPJ:
19.114.526/0001-20

Rua dos Curiós s/n, Bairro: Ericina – Cep : 29.670-000 – Ibiracú E/S.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IBIRAÇU

**Criado pela Lei Municipal Nº 2.128/2000 Alterado pela Lei Municipal nº. Nº
3.614/2014**

Tel.: (27) 99855-8581

E-mail.: isabelseixas@gmail.com

➤ Email do COMCAIBIR: comcaibir@ibiracu.es.gov.br

Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente de Ibiracu – CNPJ:
19.114.526/0001-20

Rua dos Curiós s/n, Bairro: Ericina – Cep : 29.670-000 – Ibiracu E/S.



Prefeitura Municipal de Ibiraçu

Estado do Espírito Santo

PORTARIA Nº 22.815/2022

**DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO
DOS NOVOS MEMBROS QUE
COMPORÃO O CONSELHO
MUNICIPAL DOS DIREITOS DA
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
– COMCAIBIR.**

O Prefeito do Município de Ibiraçu, Estado do Espírito Santo, usando de suas atribuições legais, e;

Considerando o que dispõe o art. 6º da Lei Municipal n.º 2.923/2008 que trata da composição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os novos membros que comporão o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMCAIBIR, na forma abaixo:

I – REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL

Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Humano

Titular: Jamilly Siller Lahass

Suplente: Valeska Cristina Modenese Ramalho

Secretaria Municipal de Educação

Titular: Ana Paula Recla Marciano

Suplente: Camila Casula Moro Pegoretti

Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Aline Santos Bertolini

Suplente: Thais Delabarba Marim Birchler

II – REPRESENTANTES DAS ENTIDADES COMUNITÁRIAS DE ATENDIMENTO DIRETO, DEFESA, ESTUDOS E PESQUISAS DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.



Prefeitura Municipal de Ibiracú

Estado do Espírito Santo

Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social e Educacional

Titular: Herlon Mohamad de Almeida Hemaïdan
Suplente: Viviane Ribeiro

Instituto Preservarte

Titular: Sharon Raiana da Silva Pattuzo
Suplente: Monique Minchio Batistas

Associação Pestalozzi de Ibiracú

Titular: Izabel de Seixas Sousa da Cunha
Suplente: Jamilla Carla Machado Goes

Art. 2º Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMCAIBIR terão mandato de 04 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos por igual período.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a portaria nº 21.824/2021.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Ibiracú, em 24 de agosto de 2022.


DIEGO KRENTZ
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO COMCAIBIRNº.025/2022

*Dispõe sobre a substituição de
Conselheira do Instituto
PRESERVARTE.*

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, instituído pela Lei Municipal Nº **2.923/2008**, atualizada pela Lei Municipal Nº **3.614/2014** em consonância com o Estatuto da Criança e Adolescente, Lei Federal nº. 8.069 de 13 de Julho de 1990, em reunião, via grupo do WhatsApp, **no dia 30 de junho de 2022** e, no uso de suas atribuições:

Considerando a documentação apresentada pelo Instituto PRESERVARTE – Of. 98/2022, de 29 de junho de 2022.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a substituição da Conselheira Gecilda Ribeiro Tavares por Monique Minchio Baptista;

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Ibiraçu, 30 de Junho de 2022.

HERLON MOHAMAD DE ALMEIDA HEMAIDAN
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

RESOLUÇÃO COMCAIBIR Nº.024/2022

Dispõe sobre HOMOLOGAÇÃO do pedido de remanejamento e alteração de faixa etária – Plano de Trabalho PRESERVARTE – TERMO DE FOMENTO 010/2022 – Projeto “Iluminando Com Arte”.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, instituído pela Lei Municipal Nº **.2.923/2008**, atualizada pela Lei Municipal Nº **3.614/2014** em consonância com o Estatuto da Criança e Adolescente, Lei Federal nº 8.069 de 13 de Julho de 1990, em reunião, via grupo do WhatsApp da **Comissão de Seleção**, no dia **30 de junho de 2022** e, no uso de suas atribuições:

Considerando a documentação apresentada pelo Instituto PRESERVARTE;

Considerando os ditames da Lei 13019/2014 alterada pela Lei 13.204/2015;

Considerando a tempestividade do pedido;

Considerando que já estava previsto no Plano de Trabalho original as rubricas tema do remanejamento;

Considerando que não foi alterado o valor total do Termo de Fomento 010/2022;

Considerando a ata de reunião da Comissão de Seleção do COMCABIR do dia 30 de junho de 2022

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar a aprovação da alteração do Plano de Trabalho - Projeto “Iluminando Com Arte” – Termo de Fomento 010/2022, com relação ao remanejamento de valores entre rubricas;

Art. 2º - Homologar a aprovação da alteração da faixa etária do público atendido para 06 a 13 anos – Plano de Trabalho - Projeto “Iluminando Com Arte” – Termo de Fomento 010/2022;

Art. 3º - Encaminhar o processo para despacho técnico da Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Humano bem como manifestação jurídica da Procuradoria do município de Ibiraçu

Art. 4º -Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Ibiraçu, 30 de Junho de 2022.

***HERLON MOHAMAD DE ALMEIDA HEMAIDAN
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO***

RESOLUÇÃO COMCAIBIRNº.023/2022

Dispõe sobre pedido de remanejamento e alteração de faixa etária – Plano de Trabalho PRESERVARTE – TERMO DE FOMENTO 010/2022 – Projeto “Iluminando Com Arte”.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, instituído pela Lei Municipal Nº **.2.923/2008**, atualizada pela Lei Municipal Nº **3.614/2014** em consonância com o Estatuto da Criança e Adolescente, Lei Federal nº. 8.069 de 13 de Julho de 1990, em reunião, via grupo do WhatsApp, **da Comissão de Seleção, no dia 30 de junho de 2022** e, no uso de suas atribuições:

Considerando a documentação apresentada pelo Instituto PRESERVARTE;

Considerando os ditames da Lei 13019/2014 alterada pela Lei 13.204/2015;

Considerando a tempestividade do pedido;

Considerando que já estava previsto no Plano de Trabalho original as rubricas tema do remanejamento;

Considerando que não foi alterado o valor total do Termo de Fomento 010/2022.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a alteração do Plano de Trabalho - Projeto “Iluminando Com Arte” – Termo de Fomento 010/2022, com relação ao remanejamento de valores entre rubricas;

Art. 2º - Aprovar a alteração da faixa etária do público atendido para 06 a 13 anos – Plano de Trabalho - Projeto “Iluminando Com Arte” – Termo de Fomento 010/2022;

Art. 3º - Encaminhar o processo para despacho técnico da Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Humano bem como manifestação jurídica da Procuradoria do município de Ibiraçu

Art. 4º -Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Ibiraçu, 30 de Junho de 2022.

***HERLON MOHAMAD DE ALMEIDA HEMIADAN
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO***



RESOLUÇÃO COMCAIBIR Nº. 022/2022

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, instituído pela Lei Municipal Nº. 2.923/2008, atualizada pela Lei Municipal Nº 3.614/2014 em consonância com o Estatuto da Criança e Adolescente, Lei Federal nº. 8.069 de 13 de Julho de 1990, conforme reunião ordinária realizada no dia 02 de junho de 2022, conforme suas atribuições.

Resolve:

Art. 1º- Aprova a Prorrogação do Edital de Chamamento Público 001/2021, por mais 12 meses;

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ibiraçu (ES), 02 de junho de 2022.

JAMILLY SILLER LAHASS
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE DE IBIRAÇU - RESOLUÇÃO COMCAIBIR Nº 011/2022

Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente de Ibiraçu – CNPJ: 19.114.526/0001-20

Rua dos Curiós s/n, Bairro: Ericina – Cep : 29.670-000 – Ibiraçu E/S.



RESOLUÇÃO COMCAIBIR Nº 021/2022

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, instituído pela Lei Municipal nº. 2.923/2008, atualizada pela Lei Municipal nº3. 614/2014 em consonância com o Estatuto da Criança e Adolescente, Lei Federal nº. 8.069 de 13 de Julho de 1990, em reunião ordinária e em reunião extraordinária da Comissão de Ética realizada na data de 16 de maio de 2022, conforme suas atribuições,

Resolve:

Art. 1º - Aprova o sorteio dos membros da Comissão de Ética do COMCAIBIR que serão membros da comissão que foi designada para a instauração do processo de sindicância nº001/2022, a fim de apurar conduta de membro do Conselho Tutelar do Município de Ibiraçu.

Art. 2º - Ficam deliberados os três participantes que irão realizar a instauração do processo de sindicância nº001/2022, sendo estes: SHARON PATUZZO – presidente, JAMILLY SILLER LAHASS – Relatora e ANA PAULA RECLA MARCIANO.

Ibiraçu/ES, 16 de maio de 2022.

JAMILLY SILLER LAHASS
PRESIDENTE
RESOLUÇÃO COMCAIBIR Nº 011/2022



RESOLUÇÃO COMCAIBIR Nº 020/2022

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, instituído pela Lei Municipal nº. 2.923/2008, atualizada pela Lei Municipal nº3. 614/2014 em consonância com o Estatuto da Criança e Adolescente, Lei Federal nº. 8.069 de 13 de Julho de 1990, em reunião ordinária realizada na data de 16 de maio de 2022, conforme suas atribuições,

Resolve:

Art. 1º - Aprovar o pedido de renovação de **REGISTRO DE Nº 006 - INSTITUTO PRESERVARTE** no COMCAIBIR, pelo período de 02 anos.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ibirapu/ES, 16 de maio de 2022.


JAMILLY SILLER LAHASS
PRESIDENTE
RESOLUÇÃO COMCAIBIR Nº 011/2022



RESOLUÇÃO COMCAIBIR Nº. 019/2022

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, instituído pela Lei Municipal Nº. 2.923/2008, atualizada pela Lei Municipal Nº 3.614/2014 em consonância com o Estatuto da Criança e Adolescente, Lei Federal nº. 8.069 de 13 de Julho de 1990, conforme reunião ordinária realizada no dia 16 de maio de 2022, conforme suas atribuições.

Considerando que foram apresentados pelo INSTITUTO IPPES todos os documentos exigidos no edital 001/2021;

Considerando que a Instituição INSTITUTO IPPES atendeu de forma satisfatória as exigências do Edital 001/2021;

Considerando que o Plano de Trabalho apresentado pela Instituição INSTITUTO IPPES atendem a legislação pertinente;

Considerando a ata da Comissão de Seleção aprovando o Projeto apresentado pelo INSTITUTO IPPES.

RESOLVE

Art. 1º - Homologar o Plano de Trabalho no valor R\$ R\$28.550,00 (vinte e oito mil quinhentos e cinquenta reais) apresentado pelo **IPPES – Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social e Educacional do Estado do Espírito Santo**, para Capacitação de Conselheiros Tutelares, COMCAIBIR e Servidores da Rede SUAS.

Art. 2º - Estruturar os processos com toda documentação pertinente e encaminhar a Prefeitura Municipal de Ibirapu para prosseguimento da parceria com o IPPES, por meio de Termo de Fomento, conforme item 2 do edital do COMCAIBIR 001/2021.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Ibirapu/ES, 16 de maio de 2022.

JAMILLY SILLER LAHASS
PRESIDENTE
RESOLUÇÃO COMCAIBIR Nº 011/2022



RESOLUÇÃO COMCAIBIR Nº. 018/2022

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, instituído pela Lei Municipal Nº. 2.923/2008, atualizada pela Lei Municipal Nº 3.614/2014 em consonância com o Estatuto da Criança e Adolescente, Lei Federal nº. 8.069 de 13 de Julho de 1990, conforme reunião ordinária realizada no dia 07 de abril de 2022, conforme suas atribuições.

Resolve:

Art. 1º - Deliberar que na data de 01 de maio de 2022 – dia da eleição de membro titular e suplente do Conselho Tutelar (Edital nº003/2021) que o sr. Herlon Mohamad de Almeida Hemaïdan (*Vice – Presidente da diretoria do COMCAIBIR*) assuma como presidente interino, visto que a presidente em exercício não estará presente nesta data.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ibiraçu, 07 de abril de 2022.

JAMILLY SILLER LAHASS
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE
IBIRAÇU

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IBIRAÇU

Criado pela Lei Municipal Nº 2.128/2000 Alterado pela Lei Municipal nº. Nº 3.614/2014

RESOLUÇÃO COMCAIBIR Nº. 016/2022

Dispõe sobre os atos preparatórios, a recepção de votos, as garantias eleitorais, a totalização, a divulgação e as normas e Procedimentos para Mesários e Juntas Apuradoras para o Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar no Município de Ibiraçu

Considerando o disposto no art. 139 da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e na Lei Municipal Nº 3.614/2014 e fundamentado na Resolução nº 005/19 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme reunião ordinária realizada no dia 07 de abril de 2022, conforme suas atribuições

RESOLVE:

Capítulo I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Serão realizadas eleições para os membros do Conselho Tutelar do Município de Ibiraçu, em 01 de maio de 2022 por sufrágio universal e voto direto, secreto e facultativo.

Art. 2º. Nas eleições serão utilizadas urnas de lona ou eletrônicas fornecidas pelo Tribunal Regional Eleitoral, as cédulas aprovadas e confeccionadas segundo as orientações e deliberações do COMCAIBIR, bem como os demais recursos, humanos e materiais necessários para o bom andamento do pleito.

Parágrafo único. As urnas e demais recursos previstos no caput deste artigo serão instalados, exclusivamente em equipamentos previamente designados pela Comissão Especial designada pelo COMCAIBIR.

Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente de Ibiraçu – CNPJ: 19.114.526/0001-20

Rua dos Curiós s/n, Bairro: Ericina – Cep : 29.670-000 – Ibiraçu E/S.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IBIRAÇU

Criado pela Lei Municipal Nº 2.128/2000 Alterado pela Lei Municipal nº. Nº 3.614/2014

Art. 3º. Podem votar os maiores de 16 (dezesseis) anos, eleitores do Município de Ibiráçu

Art. 4º. Em hipótese alguma o eleitor poderá votar fora da regional a que pertence, devendo votar em um dos candidatos registrados na mencionada regional.

Art. 5º. O eleitor votará uma única vez em 01 (um) candidato de sua regional.

§ 1º. Terão preferência para votar os candidatos, os componentes da Mesa Receptora, os Promotores Eleitorais, os Policiais Militares e membros da Guarda Municipal em serviço, os eleitores maiores de 60 (sessenta) anos, os enfermos, os eleitores com deficiência ou com mobilidade reduzida e as mulheres grávidas e lactantes.

§ 2º. São documentos oficiais para comprovação da identidade do eleitor:

I - carteira de identidade, passaporte ou outro documento oficial com foto de valor legal equivalente, inclusive carteira de categoria profissional reconhecida por lei;

II - certificado de reservista;

III - carteira de trabalho;

IV -carteira nacional de habilitação.

§ 3º. Não será admitida a certidão de nascimento ou casamento como prova de identidade do eleitor no momento da votação.

§ 4º. Na cabina de votação é vedado ao eleitor portar aparelho de telefonia celular, máquinas fotográficas, filmadoras, equipamento de radiocomunicação, ou qualquer instrumento que possa comprometer o sigilo do voto, devendo ficar retidos na Mesa Receptora enquanto o eleitor estiver votando (Lei nº 9.504/97, art. 91-A, parágrafo único).

§ 5º. Será permitido o uso de instrumentos que auxiliem o eleitor analfabeto a votar, os quais serão submetidos à decisão do Presidente da Mesa Receptora, não sendo os componentes da Mesa obrigados a fornecê-los.

Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente de Ibiráçu – CNPJ: 19.114.526/0001-20

Rua dos Curiós s/n, Bairro: Ericina – Cep : 29.670-000 – Ibiráçu E/S.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IBIRAÇU

Criado pela Lei Municipal Nº 2.128/2000 Alterado pela Lei Municipal nº. Nº 3.614/2014

§ 6º. O eleitor com deficiência ou mobilidade reduzida, ao votar, poderá ser auxiliado por pessoa de sua confiança, ainda que não o tenha requerido antecipadamente à Comissão Especial.

§ 7º. O Presidente da Mesa Receptora de Votos, verificando ser imprescindível que o eleitor com deficiência seja auxiliado por pessoa de sua confiança para votar, autorizará o ingresso dessa segunda pessoa, com o eleitor, na cabina, podendo esta, inclusive, escrever o nome e/ou apelido ou o número do candidato.

§ 8º. A pessoa que auxiliará o eleitor com deficiência não poderá ser o candidato, seu fiscal ou ter participado da campanha do candidato.

§ 9º. A assistência de outra pessoa ao eleitor com deficiência deverá ser consignada em ata.

Art. 6º. Os locais designados para votação e apuração dos votos serão publicados no site eletrônico da Prefeitura Municipal de Ibiráçu, do COMCAIBIR e em editais afixados em locais públicos com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data do pleito.

Art. 7º. Se forem utilizadas para a votação urnas de lona, serão devidamente fechadas e lacradas em cerimônia específica, na sala de reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo convidados todos os interessados e pessoalmente notificado o representante do Ministério Público caso seja utilizada urnas eletrônicas serão tomadas as providências conforme instruções e normativas fornecidas pelo do cartório eleitoral.

§ 1º. As urnas de contingência também serão preparadas e lacradas, sendo identificadas com o fim a que se destinam;

§ 2º. Os lacres das urnas descritas no caput e §1º deste artigo, serão assinados por dois membros da Comissão Especial e pelo representante do Ministério Público.

§ 3º. Antes de lavrar a ata da cerimônia, os lacres não utilizados deverão ser acondicionados em envelope lacrado e assinado pelos presentes; aqueles assinados e não utilizados deverão ser destruídos.

§ 4º. A ata referida no §3º deverá ser assinada pelos presentes e conter, dentre outros, os seguintes dados:

Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente de Ibiráçu – CNPJ: 19.114.526/0001-20

Rua dos Curiós s/n, Bairro: Ericina – Cep : 29.670-000 – Ibiráçu E/S.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IBIRAÇU

Criado pela Lei Municipal Nº 2.128/2000 Alterado pela Lei Municipal nº. Nº 3.614/2014

I -data, horário e local de início e término das atividades;

II - nome e qualificação dos presentes;

III - quantidade e identificação das urnas a serem distribuídas para os locais de votação, assim como as de contingência.

§ 5º. Cópia da ata será afixada no local onde se realizou o procedimento, mantendo-se a original arquivada na Secretaria Executiva do COMCAIBIR.

§ 6º. Na hipótese de ser constatado problema em uma ou mais urnas antes do início da votação, o Presidente da Mesa Receptora, na presença dos fiscais, poderá determinar a substituição por outra de contingência.

Art. 8º. As cédulas eleitorais oficiais serão confeccionadas conforme modelo aprovado pelo COMCAIBIR e impressas por empresa especializada.

Parágrafo único. Na hipótese de o número de cédulas eleitorais oficiais impressas distribuídas nas Regionais, não atender ao número de eleitores, serão utilizadas cédulas remanejadas entre as Regionais, com o devido registro em ata.

Capítulo II

DA COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO DE ESCOLHA

Art. 9º. Em preparação aos trabalhos no dia da eleição, compete à Comissão Especial do Processo de Escolha, designada pelo COMCAIBIR, sem prejuízo de outras providências:

I -a escolha dos locais de votação e apuração, observando, em qualquer caso, a facilidade de acesso à população e as condições de acessibilidade de eleitores com deficiência, idosos e que possuam dificuldade de locomoção;

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IBIRAÇU

Criado pela Lei Municipal Nº 2.128/2000 Alterado pela Lei Municipal nº. Nº 3.614/2014

II -a realização de reunião destinada a informar aos candidatos, fiscais e demais participantes sobre as condutas vedadas durante a campanha e no dia da votação, com a elaboração de um termo de compromisso de que serão observadas as normas respectivas, a ser assinado pelos candidatos;

III - a realização de uma ou mais audiências públicas, para que os candidatos exponham suas propostas à população, assegurando a isonomia entre os mesmos;

IV - a ampla divulgação da eleição junto à população, assim como dos locais e horário de início e término votação, tanto por meio dos órgãos oficiais, quanto por meio de cartazes e chamadas em programas de rádio e televisão;

V -a ampla divulgação do local e horários em que receberá denúncias acerca de irregularidades na propaganda;

VI -providenciar a confecção das cédulas eleitorais, conforme modelo previamente aprovado, criando mecanismos de segurança que impeçam a duplicação daquelas por terceiros, de modo a evitar fraudes;

VII - providenciar a seleção e adequada capacitação dos mesários, secretários de mesa, escrutinadores e demais servidores designados para atuar no dia da eleição;

VIII - providenciar apoio junto aos órgãos de segurança pública, mediante contato prévio junto aos comandos da Polícia Militar e Guarda Municipal, para garantir a segurança dos locais de votação e apuração de votos, além de coibir possíveis abusos e/ou tumultos (com o fornecimento, aos integrantes da própria Comissão, Presidentes de Mesa e Ministério Público, dos nomes e telefones de contato dos agentes que estarão de serviço no dia da votação);

IX - o transporte seguro das cédulas e urnas eleitorais até os locais de votação e onde ocorrerá a apuração dos votos, devendo prever, com a antecedência devida, a forma como isto ocorrerá;

X -a devida organização dos locais de votação, com a colocação das urnas e cabines de votação em locais adequados, fornecimento de canetas de cor padrão (e diferenciada) para as cabines de votação, mesas receptoras e apuradoras, cartazes contendo orientação aos eleitores, alimentação para os mesários etc.;

Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente de Ibiracú – CNPJ: 19.114.526/0001-20

Rua dos Curiós s/n, Bairro: Ericina – Cep : 29.670-000 – Ibiracú E/S.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IBIRAÇU

Criado pela Lei Municipal Nº 2.128/2000 Alterado pela Lei Municipal nº. Nº 3.614/2014

XI - o fornecimento de veículo e motorista para os membros da Comissão Especial para que possam acompanhar de perto a votação e realizar o trabalho de fiscalização, efetuando as diligências necessárias para aferir possíveis irregularidades;

XII - a confecção, juntamente com as cédulas para votação manual, de crachás ou outras formas de identificação dos mesários, secretários, auxiliares, escrutinadores, membros da própria Comissão Especial (além de outros servidores que atuarão, em caráter oficial, no processo de escolha), assim como dos fiscais indicados pelos candidatos, seguindo modelo padrão previamente aprovado, que deverão ser a todos distribuídos com a antecedência devida;

XIII - a definição do número máximo de fiscais dos candidatos que poderão acompanhar os trabalhos de votação e apuração, como forma de evitar aglomeração, com a previsão de que, em sendo necessário, haverá "rodízio" entre os mesmos;

XIV - a designação de servidores para atuar nos locais de votação e apuração, orientando eleitores e prestando apoio administrativo aos mesários, escrutinadores e à própria comissão Especial.

§ 1º. Para o adequado desempenho de suas atribuições a Comissão Especial receberá assessoramento técnico, dentre outros, pela Procuradoria do Município ou órgão equivalente com conhecimento em matéria de Direito;

§ 2º. No dia da votação, a Comissão Especial permanecerá em regime de plantão, que somente se encerrará após a apuração dos votos e proclamação do resultado do processo de escolha;

§ 3º. Para facilitar o acionamento dos membros da Comissão Especial, seus telefones de contato serão fornecidos aos integrantes das Mesas Receptoras e Juntas Apuradoras, assim como ao representante do Ministério Público.

Art. 10. A Comissão Especial enviará ao Presidente de cada Mesa Receptora de Votos, no que couber, o seguinte material:

I - urna(s) lacrada(s);

Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente de Ibiracú – CNPJ: 19.114.526/0001-20

Rua dos Curiós s/n, Bairro: Ericina – Cep : 29.670-000 – Ibiracú E/S.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IBIRAÇU

Criado pela Lei Municipal Nº 2.128/2000 Alterado pela Lei Municipal nº. Nº 3.614/2014

II -lista contendo o nome e/ou apelido e o número dos candidatos habilitados, a qual estará disponível nos recintos das seções eleitorais;

III - cadernos de votação dos eleitores da Seção;

IV - cabina de votação sem alusão a entidades externas;

V - cédulas eleitorais;

V - formulários "Ata da Mesa Receptora de Votos", conforme modelo fornecido pela Comissão Especial;

VI -almofada para carimbo, visando à coleta da impressão digital do eleitor que não saiba ou não possa assinar;

VII - senhas para serem distribuídas aos eleitores após as 12h00 horas;

VIII - canetas esferográficas nas cores azul e/ou preta e papéis necessários aos trabalhos;

IX - envelopes para acondicionar os documentos relativos à Mesa; e,

X -lacre para a fenda da urna de lona, a ser colocado após a votação.

Parágrafo único. O material de que trata este artigo deverá ser entregue ao Presidente da Mesa Receptora, mediante protocolo, acompanhado da relação, na qual o destinatário declarará o que e como recebeu, apondo sua assinatura (Código Eleitoral, art. 133, § 1º).

Art. 11. Todas as decisões da Comissão Especial serão imediatamente comunicadas ao Ministério Público.

Capítulo III

DAS MESAS RECEPTORAS DE VOTOS

Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente de Ibiráçu – CNPJ: 19.114.526/0001-20

Rua dos Curiós s/n, Bairro: Ericina – Cep : 29.670-000 – Ibiráçu E/S.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IBIRAÇU

Criado pela Lei Municipal Nº 2.128/2000 Alterado pela Lei Municipal nº. Nº 3.614/2014

Art. 12. A cada Seção Eleitoral corresponderá uma Mesa Receptora de Votos, salvo na hipótese de agregação de seções.

Parágrafo único. A Comissão do Processo de Escolha, a qualquer tempo, poderá determinar a agregação de Seções Eleitorais visando à racionalização dos trabalhos eleitorais, desde que não importe qualquer prejuízo à votação.

Art. 13. Constituirão as Mesas Receptoras de votos um Presidente, um Mesário e um Secretário e um Suplente, nomeados e convocados pela Comissão Especial.

membros.

§ 1º. Não poderão ser nomeados para compor as Mesas Receptoras de Votos:

I -os candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau, inclusive;

II -o cônjuge ou o (a) companheiro (a) do candidato;

III - as pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito;

IV -os eleitores menores de 18 (dezoito) anos.

§ 2º. Os nomeados que não declararem a existência dos impedimentos referidos nos incisos I a IV do §3º deste artigo estarão sujeitos a sanções de ordem civil e administrativa, inclusive na forma prevista pela Lei nº 8.429/92.

§ 3º. O eleitor deverá apresentar ao Presidente da Mesa Receptora de Votos, o título de eleitor e a carteira de identidade ou outro documento oficial com fotografia.

§ 4º. Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da mesa deverá questioná-lo sobre os dados constantes no título de eleitor ou no documento de identificação, confrontando a assinatura do documento de identidade com aquela feita pelo eleitor, na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada;

Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente de Ibiracú – CNPJ: 19.114.526/0001-20

Rua dos Curiós s/n, Bairro: Ericina – Cep : 29.670-000 – Ibiracú E/S.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IBIRAÇU

Criado pela Lei Municipal Nº 2.128/2000 Alterado pela Lei Municipal nº. Nº 3.614/2014

§ 5º. A impugnação da identidade do eleitor, formulada por membros da mesa, ou fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar;

§ 6º. Constará da ata as impugnações e o número de votos impugnados;

§ 7º. Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

Art. 14. Após a apresentação do eleitor para votar, o mesário deverá certificar se o nome do eleitor consta na listagem fornecida pelo Tribunal Regional Eleitoral.

Art. 15. Após a habilitação do eleitor para votar, o mesmo será encaminhado à cabina de votação, devendo o mesário colher sua assinatura no caderno de votação.

Art. 16. Fica assegurado o sigilo do voto mediante:

I - o isolamento do eleitor, apenas para efeito de escolha dos candidatos;

II - a impossibilidade de ser acompanhado por qualquer pessoa à cabina eleitoral, salvo as hipóteses previstas nos parágrafos 5º a 8º do art. 5º, desta Resolução.

Parágrafo único. Os votos serão efetuados através da cédula eleitoral, onde o eleitor colocará o número e/ou nome e/ou apelido do candidato.

Capítulo IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DA MESA RECEPTORA

Art. 17. Compete ao Presidente da Mesa Receptora de Votos:

I - receber o material de votação, correspondente a sua mesa receptora de votos da Comissão Especial;

II - comparecer no local de votação, juntamente com os demais membros da Mesa Receptora de Votos, até as 07:00 horas do dia da eleição, para inspeção e preparação do local, instalando as cabinas, conferindo e organizando o material de votação;

Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente de Ibiracú – CNPJ: 19.114.526/0001-20

Rua dos Curiós s/n, Bairro: Ericina – Cep : 29.670-000 – Ibiracú E/S.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IBIRAÇU

Criado pela Lei Municipal Nº 2.128/2000 Alterado pela Lei Municipal nº. Nº 3.614/2014

- III - estar presente no ato de abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento à Comissão Especial, pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso de eleição;
- IV -afixar as listas dos candidatos próximo à cabina de votação;
- V -providenciar almofada com tinta para os analfabetos e os que não puderem assinar, exercerem o seu direito ao voto;
- VI -substituir urnas e remanejar cédulas eleitorais, caso seja necessário;
- VII - autorizar os eleitores a votar;
- VIII - informar à Comissão Especial, os fatos que impeçam ou dificultem o início do processo de votação;
- IX -resolver imediatamente todas as dificuldades ou dúvidas que ocorrerem;
- X -manter a ordem, para o que poderá acionar a Polícia Militar ou Guarda Municipal;
- XI - consultar a Comissão Especial e o Ministério Público sobre ocorrências cujas soluções deles dependerem;
- XII - receber as impugnações dos fiscais dos candidatos, consignando-as em ata;
- XIII - fiscalizar a distribuição das senhas;
- XIV - zelar pela preservação das urnas, da cabina de votação e da lista contendo os nomes e/ou apelidos e os números dos candidatos, disponível no recinto da Seção;
- XV -verificar as credenciais dos representantes e/ou fiscais dos candidatos;
- XVI - coordenar o trabalho do mesário, secretário e fiscais, no intuito de organizar o processo de eleição;
- XVII - declarar encerrada a votação às 17:00 horas e determinar o responsável encarregado da distribuição de senhas numeradas aos eleitores presentes, recolhendo seus títulos de eleitor;

Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente de Ibiracú – CNPJ: 19.114.526/0001-20

Rua dos Curiós s/n, Bairro: Ericina – Cep : 29.670-000 – Ibiracú E/S.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IBIRAÇU

Criado pela Lei Municipal Nº 2.128/2000 Alterado pela Lei Municipal nº. Nº 3.614/2014

XVIII - vedar a fenda da urna de lona com o lacre apropriado, rubricado por ele e pelo Secretário e, facultativamente, pelos fiscais dos candidatos e do representante do Ministério Público;

XIX- recolher todo o material de votação e entregá-lo mediante recibo em 02 (duas) vias, com a indicação de hora à Comissão Especial e/ou representante indicado por ela, que por sua vez entregará o material no local designado para escrutínio, para a contagem final dos votos, logo após o encerramento da eleição.

Art. 18. Compete ao Secretário:

I -elaborar a ata da eleição, onde constarão as impugnações, os incidentes ocorridos no curso da votação e o número de eleitores votantes;

II -distribuir aos eleitores, às 17:00 horas, as senhas de entrada, previamente rubricadas ou carimbadas, segundo a ordem numérica;

III - cumprir as demais obrigações que lhe for atribuída.

Parágrafo único. A ata deverá ser assinada pelo Secretário, Presidente e Mesário, além dos fiscais presentes.

Art. 19. Compete aos Mesários:

I -identificar o eleitor e entregar o comprovante de votação;

II -substituir o Presidente, de modo que haja sempre quem responda pessoalmente pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes ainda, assinar a ata da eleição.

Parágrafo único. Não comparecendo o Presidente até as 07h30min, assumirá a Presidência, o Mesário e, na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos Suplentes indicados pelo Coordenador Local.

Art. 20. Compete aos componentes das Mesas Receptoras:

I -cumprir as normas e procedimento estabelecidos pela Comissão Especial;

Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente de Ibiracú – CNPJ: 19.114.526/0001-20

Rua dos Curiós s/n, Bairro: Ericina – Cep : 29.670-000 – Ibiracú E/S.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IBIRAÇU

Criado pela Lei Municipal Nº 2.128/2000 Alterado pela Lei Municipal nº. Nº 3.614/2014

II - registrar a impugnação dos votos apresentados pelos fiscais na ata e proceder a colheita do voto em separado;

III - verificar a urna de lona e o material necessário para a votação, antes do início da eleição e, em caso de irregularidade, comunicar ao Ministério Público e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, tomando as providências cabíveis;

IV - cumprir as demais obrigações que lhes forem atribuídas.

Capítulo V

DA VOTAÇÃO

Art. 21. O processo de escolha será fiscalizado pelo Ministério Público, pela Comissão Especial e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMCAIBIR.

§ 1º. Poderão permanecer nas seções de votação, no máximo, 07 (sete) pessoas, entre eles, o candidato ou seu fiscal/representante, membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, representante do Ministério Público, além dos membros da Mesa Receptora.

§ 2º. O candidato ou pessoa por ele designada a representá-lo, que por qualquer ação ou omissão venha a tumultuar ou prejudicar o bom andamento dos trabalhos, será convidado pelo Presidente da Mesa Receptora de Votos a se retirar do local, sem prejuízo da posterior aplicação de outras sanções decorrentes de tal conduta.

Art. 22. Serão observados na votação os seguintes procedimentos:

I - o eleitor, ao apresentar-se na Seção e antes de adentrar o recinto da Mesa Receptora de Votos, deverá postar-se em fila;

II - admitido a adentrar, o eleitor apresentará seu documento de identificação com foto à Mesa Receptora de Votos, o qual poderá ser examinado pelos fiscais dos candidatos ou pelo representante do Ministério Público;

III - o componente da Mesa localizará o cadastro de eleitores da urna e no caderno de votação o nome do eleitor e o confrontará com o nome constante no documento de identificação;

Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente de Ibiracú – CNPJ: 19.114.526/0001-20

Rua dos Curiós s/n, Bairro: Ericina – Cep : 29.670-000 – Ibiracú E/S.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IBIRAÇU

Criado pela Lei Municipal Nº 2.128/2000 Alterado pela Lei Municipal nº. Nº 3.614/2014

IV - não havendo dúvida sobre a identidade do eleitor, será ele convidado a apor sua assinatura ou impressão digital no caderno de votação;

V - identificado, o eleitor será instruído sobre a forma de dobrar a cédula após a anotação do voto, bem como a maneira de colocá-las na urna de lona;

VI - entrega da cédula aberta ao eleitor;

VII - o eleitor será convidado a se dirigir à cabina para escrever o nome e/ou apelido e/ou número do candidato de sua preferência e dobrar a cédula;

VIII - ao sair da cabina, o eleitor depositará a cédula na urna de lona, fazendo-o de maneira a mostrar a parte rubricada ao mesário e aos fiscais dos candidatos, para que verifiquem, sem nela tocar, se não foi substituída;

IX - se a cédula não for a mesma, o eleitor será convidado a voltar à cabina e a trazer o seu voto na cédula que recebeu;

X - caso o eleitor não queira retornar à cabina, será anotada na ata a ocorrência, ficando o eleitor retido pela Mesa Receptora de Votos, com imediato acionamento da Comissão Especial e do Ministério Público;

XI - se o eleitor, ao receber a cédula, ou durante o ato de votar, verificar que se acha rasurada ou de algum modo viciada, ou se ele, por imprudência, imprevidência ou ignorância, a inutilizar, estragar ou assinalar erradamente, poderá pedir outra ao mesário, restituindo-lhe a primeira, que será imediatamente inutilizada à vista dos presentes e sem quebra do sigilo do que o eleitor nela haja indicado;

XII - após o depósito da cédula na urna de lona, o mesário devolverá o documento de identificação ao eleitor.

Parágrafo único. Caso necessária a inutilização de cédulas de votação por erro do eleitor que solicitar nova cédula, o fato deverá ser registrado esse fato, com o recolhimento e armazenamento da cédula inutilizada em separado, nela grifando a expressão "INUTILIZADO" ou similar.

Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente de Ibiráçu – CNPJ: 19.114.526/0001-20

Rua dos Curiós s/n, Bairro: Ericina – Cep : 29.670-000 – Ibiráçu E/S.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IBIRAÇU

Criado pela Lei Municipal Nº 2.128/2000 Alterado pela Lei Municipal nº. Nº 3.614/2014

Art. 23. As assinaturas dos eleitores serão recolhidas nos cadernos de votação, os quais, juntamente com o relatório final/ata da eleição e o material restante serão entregues no local designado para apuração.

§ 1º. O transporte dos documentos do processo de escolha será providenciado pela Comissão Especial ou pessoa que esta designar para este fim;

§ 2º. Cabe à Comissão Especial garantir a segurança dos encarregados do transporte das urnas até o local de apuração

Capítulo VI

DA APURAÇÃO

Art. 24. A apuração dos votos ocorrerá imediatamente após o recebimento das urnas no local designado para escrutínio, observados no que couber, os procedimentos previstos nos artigos 159 a 187 do Código Eleitoral e o disposto nesta Resolução.

§ 1º. A apuração será feita por meio de uma Junta Apuradora em número de 03 (três) membros, mais 02 (dois) auxiliares por seção eleitoral;

§ 2º. Haverá 01 (uma) Junta Apuradora para cada 02 (duas) urnas de lona;

§ 3º. No curso dos trabalhos, todos os membros das Juntas Apuradoras e respectivos auxiliares somente poderão portar e utilizar caneta esferográfica de cor vermelha;

§ 4º. O representante do Ministério Público será notificado para participar do ato de que trata o caput e os candidatos e seus fiscais credenciados serão convocados para acompanhar os procedimentos relativos à apuração;

§ 5º. As Juntas de Apuração procederão da seguinte forma:

I -receberão os documentos da votação, examinando sua idoneidade e regularidade, inclusive quanto ao funcionamento normal da Seção;

Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente de Ibiracú – CNPJ: 19.114.526/0001-20

Rua dos Curiós s/n, Bairro: Ericina – Cep : 29.670-000 – Ibiracú E/S.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IBIRAÇU

Criado pela Lei Municipal Nº 2.128/2000 Alterado pela Lei Municipal nº. Nº 3.614/2014

- II -receberão as urnas e providenciarão a abertura das mesmas;
- III - resolverão todas as impugnações e incidentes verificados durante os trabalhos de apuração;
- IV -registrarão todos os procedimentos e ocorrências em ata específica para tal.

Art. 25. Serão consideradas válidas as cédulas que corresponderem ao modelo oficial, conforme estabelecido no caput do art. 9º desta Resolução.

§ 1º. Serão nulos para todos os efeitos, os votos:

- I -que contiverem o número e/ou nome e/ou apelido de candidatos inexistentes na regional;
- II -dados a candidatos inelegíveis ou não registrados para concorrer ao pleito eleitoral;
- III - das cédulas que não estiverem devidamente rubricadas, na forma prevista na presente Resolução;
- IV - que tornem duvidosa a vontade do eleitor;
- V -das cédulas que sejam ilegíveis ou contenham caracteres estranhos ao idioma Pátrio;
- VI -das cédulas que contenham rasuras que impeçam o reconhecimento do número e/ou nome e/ou apelido do candidato;
- VII - das cédulas que contenham mais de um nome de candidato à eleição.

§ 2º. Em caso de dúvida quanto à validade do voto, deverá ser imediatamente acionada a Comissão Especial e notificado o representante do Ministério Público.

Art. 26. A apuração dos votos ocorrerá num local único, especialmente designado para tal, da seguinte maneira:

- I -retirando-se o lacre das urnas, na presença dos candidatos ou seus fiscais, do Ministério Público e dos demais escrutinadores;
- II -contar as cédulas depositadas na urna;
- III - desdobrar as cédulas, uma de cada vez, numerando-as sequencialmente;

Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente de Ibiracú – CNPJ: 19.114.526/0001-20

Rua dos Curiós s/n, Bairro: Ericina – Cep : 29.670-000 – Ibiracú E/S.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IBIRAÇU

Criado pela Lei Municipal Nº 2.128/2000 Alterado pela Lei Municipal nº. Nº 3.614/2014

IV -ler os votos e apor, nas cédulas, as expressões "em branco" ou "nulo", se for o caso, colhendo-se a rubrica do Secretário;

V -preencher no mapa de apuração o número de votos recebidos pelo candidato e/ou digitar no sistema de apuração o número e/ou nome e/ou apelido do candidato;

VI -após conferência, gravar a mídia com os dados da votação da seção específica.

§ 1º. As ocorrências relativas às cédulas somente poderão ser suscitadas nessa oportunidade;

§ 2º. Os membros da Junta Apuradora e seus auxiliares somente desdobrarão a cédula seguinte após a confirmação do registro da cédula anterior na urna;

§ 3º. Os eventuais erros de digitação deverão ser corrigidos enquanto não for comandada a confirmação final do conteúdo da cédula.

Art. 27. Verificada a não correspondência entre o número sequencial da cédula em apuração e o apresentado pela urna, deverão os escrutinadores:

I -emitir o espelho parcial de cédulas;

II -comparar o conteúdo das cédulas com o do espelho parcial, a partir da última cédula até o momento em que se iniciou a incoincidência;

III - comandar a exclusão dos dados referentes às cédulas incoincidentes e retomar a apuração.

Parágrafo único. Havendo motivo justificado, a critério da Junta Apuradora, a apuração poderá ser reiniciada, apagando-se todos os dados da Seção até então registrados.

Art. 28. A incoincidência entre o número de votantes e o de cédulas apuradas não constituirá motivo de nulidade da votação, desde que não resulte de fraude comprovada (Código Eleitoral, art. 166, §1º).

§ 1º. Se os membros da Junta Apuradora entenderem que a incoincidência resulta de fraude, será imediatamente acionada a Comissão Especial e notificado o representante do Ministério Público;

§ 2º. Caso a Comissão Especial entenda necessário anular a votação de uma determinada urna, determinará sua apuração em separado e recorrerá de ofício para a plenária do CMDCA.

Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente de Ibiracú – CNPJ: 19.114.526/0001-20

Rua dos Curiós s/n, Bairro: Ericina – Cep : 29.670-000 – Ibiracú E/S.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IBIRAÇU

Criado pela Lei Municipal Nº 2.128/2000 Alterado pela Lei Municipal nº. Nº 3.614/2014

Art. 29. Concluída a contagem de votos, os membros da Junta Apuradora providenciarão a emissão do boletim de urna em 03 (três) vias.

§ 1º. Os boletins de urna serão assinados pelos 03 (três) membros da Junta Apuradora e pelos 02 (dois) auxiliares e, se presentes, pelos fiscais dos candidatos e pelo representante do Ministério Público.

§ 2º. Apenas os boletins de urna poderão servir como prova posterior perante o CMDCA.

Art. 30. O encerramento da apuração de uma Seção consistirá na emissão do boletim de urna com os resultados.

Art. 31. Concluída a apuração de uma urna e antes de se passar à subsequente, as cédulas serão recolhidas em envelope especial, o qual será fechado e lacrado, salvo se houver pedido de recontagem ou recurso quanto ao seu conteúdo.

Art. 32. Apuradas todas as urnas, a Comissão Especial receberá o resultado das planilhas de apuração e, não havendo impugnações ou recursos, fará a totalização dos votos por candidato, lavrando a ata respectiva.

Art. 33. Resolvidas as impugnações apresentadas durante a votação, a Comissão Especial divulgará o resultado da eleição e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente -, proclamará o resultado da eleição, que será posteriormente publicado nos órgãos oficiais.

Art. 34. Após a proclamação do resultado os candidatos poderão apresentar impugnações, que serão decididas pela Comissão Especial, após ouvida do Ministério Público.

Parágrafo único. Caberá recurso, da decisão da Comissão Especial ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente -, imediatamente após a decisão.

Art. 35. Os pedidos de impugnação referentes ao resultado geral da eleição ou face propaganda irregular de candidatos, deverão ocorrer no prazo máximo de 02 (dois) dias após a publicação oficial do resultado, devendo o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMCAIBIR decidir, em reunião extraordinária especialmente designada para este fim, no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente de Ibiracú – CNPJ: 19.114.526/0001-20

Rua dos Curiós s/n, Bairro: Ericina – Cep : 29.670-000 – Ibiracú E/S.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IBIRAÇU

Criado pela Lei Municipal Nº 2.128/2000 Alterado pela Lei Municipal nº. Nº 3.614/2014

Parágrafo único. A decisão do COMCAIBIR será precedida de parecer da Procuradoria Jurídica do Município, com notificação pessoal do Ministério Público.

Art. 36. A pendência do julgamento de recursos não impede a divulgação do resultado da votação, que deverá, no entanto, conter a ressalva quanto à possibilidade de alteração.

Art. 37. Uma vez julgados os recursos, cabe ao COMCAIBIR dar ampla publicidade ao resultado final da eleição, sem prejuízo da retificação das publicações anteriormente efetuadas, caso necessário.

Capítulo VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 38. Em caso de empate na votação de candidatos e de suplentes de uma mesma Regional, será considerado eleito o candidato mais idoso (Código Eleitoral, art. 111).

Art. 39. Serão considerados suplentes dos candidatos eleitos todos os demais candidatos pertencentes à mesma regional que não forem eleitos, na ordem decrescente de votação.

Art. 40. Ao final dos trabalhos, a Junta de Apuração e seus auxiliares preencherão os relatórios por regional (mapas da apuração) conforme modelo fornecido pelo COMCAIBIR, em duas vias, as quais serão assinadas e rubricadas por todos os componentes da referida Junta, fiscais dos candidatos que estiverem presentes e pelo representante do Ministério Público, dos quais constarão, pelo menos, os seguintes dados (analogia ao disposto no art. 186, §1º do Código Eleitoral):

I -o número de votos apurados diretamente pelas urnas;

II -as urnas anuladas e as não apuradas, os motivos e o número de votos anulados ou não apurados;

III - a votação dos candidatos por regional, na ordem da votação recebida;

IV - as impugnações apresentadas às Juntas de Apuração e como foram resolvidas, assim como os recursos que tenham sido interpostos.

Art. 41. Todos os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial, com consulta à Procuradoria do Município e notificação pessoal do Ministério Público.

Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente de Ibiracú – CNPJ: 19.114.526/0001-20

Rua dos Curiós s/n, Bairro: Ericina – Cep : 29.670-000 – Ibiracú E/S.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IBIRAÇU

Criado pela Lei Municipal Nº 2.128/2000 Alterado pela Lei Municipal nº. Nº 3.614/2014

Art. 42 . CRONOGRAMA DO PROCESSO DE ESCOLHA DE CONSELHO TUTELAR – 2021:

DATA	PROVIDÊNCIAS
26/11/21	Elaboração e Publicação de Resolução que Regulamentará todo o processo de Escolha de Membros do Conselho Tutelar
26/11/21	Elaboração e Publicação de Resolução que se refere as condutas que serão vetadas ao longo de todo o processo de Escolha de Membros do Conselho Tutelar
26/11/21	Resolução e Edital do Processo para escolha de Conselheiro Tutelar Titular e Suplente
26/11/21	Publicação do Edital COMCAIBIR - Nº 003/2021
28/01/2022 à 18/02/2022	Período Registro de Candidatura
22/02/2022 à 23/02/2022	Análise de pedidos de registros de candidatura
25/02/2022	Publicação da Relação de Candidatos inscritos
03/03/2022 à 04/03/2022	Período de impugnação dos Candidatos inscritos
07/03/2022 à 08/03/2022	Notificação dos candidatos impugnados quanto ao prazo para defesa
09/03/2022 à 10/03/2022	Apresentação de defesa pelo candidato impugnado
11/03/2022	Análise e decisão dos pedidos de impugnação
14/03/2022 e 15/03/2022	Interposição de recurso
16/03/2022	Análise e decisão dos recursos
17/03/2022	Publicação dos candidatos habilitados
18/03/2022	Palestra/Curso sobre ECRIAD
24/03/2022	Prova de conhecimentos sobre o ECRIAD e Lei Municipal
25/03/2022	Divulgação do Resultado
28/03/2022 à 29/03/2022	Interposição de Recurso
30/03/2022	Avaliação do Recurso

Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente de Ibiracú – CNPJ: 19.114.526/0001-20

Rua dos Curiós s/n, Bairro: Ericina – Cep : 29.670-000 – Ibiracú E/S.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IBIRAÇU

Criado pela Lei Municipal Nº 2.128/2000 Alterado pela Lei Municipal nº. Nº 3.614/2014

31/03/2022	Divulgação Oficial
01/04/2022	Avaliação Psicológica
04/04/2022	Publicação dos candidatos habilitados
05/04/2022	Sorteio dos números dos candidatos
06/04/2022	Edital de divulgação
07/04/2022	Reunião de orientação aos candidatos e mesários
11/04/2022	Solicitação de apoio da Polícia Militar
12/04/2022	Confecção de Cédula de votação
15/04/2022	Divulgação dos locais do Processo de Escolha
01/05/2022	Eleição do Conselho Tutelar
02/05/2022	Divulgação do resultado da escolha
03/05/2022	Interposição de Recurso
04/05/2022	Análise de Recurso
05/05/2022	Divulgação Oficial dos Eleitos
06/05/2022	Nomeação e Posse dos conselheiros

Art. 43º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ibiraçu, 07 de abril de 2022.



JAMILLY SILLER LAHASS

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IBIRAÇU

Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente de Ibiraçu – CNPJ: 19.114.526/0001-20

Rua dos Curiós s/n, Bairro: Ericina – Cep : 29.670-000 – Ibiraçu E/S.



RESOLUÇÃO COMCAIBIR Nº. 017/2022

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, instituído pela Lei Municipal Nº. 2.923/2008, atualizada pela Lei Municipal Nº 3.614/2014 em consonância com o Estatuto da Criança e Adolescente, Lei Federal nº. 8.069 de 13 de Julho de 1990, conforme reunião ordinária realizada no dia 07 de abril de 2022, conforme suas atribuições.

Resolve:

Art. 1º - Aprovar a alteração do cronograma do Edital nº003/2021 do Processo de Escolha do Conselho Tutelar Titular e Suplente do município de Ibirapu no ano de 2021-2024, conforme anexo.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ibirapu, 07 de abril de 2022.

JAMILLY SILLER LAHASS
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE
IBIRAPU

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IBIRAÇU

Criado pela Lei Municipal Nº 2.128/2000 Alterado pela Lei Municipal nº. Nº 3.614/2014

RESOLUÇÃO COMCAIBIR Nº. 015/2022

Dispõe sobre as condutas vedadas aos(às) candidatos(as) e respectivos(as) fiscais durante o Processo de Escolha dos Membros do(s) Conselho(s) Tutelar(es) e sobre o procedimento de sua apuração.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, instituído pela Lei Municipal Nº 3.614/2014 e suas alterações, em consonância com o Estatuto da Criança e Adolescente, Lei Federal nº. 8.069 de 13 de Julho de 1990, bem como pelo art. 139 Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e pelo art. 7º, da Resolução CONANDA nº 170/14, que lhe conferem a presidência do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar e, conforme reunião ordinária realizada no dia 14 de março de 2019, conforme suas atribuições.

CONSIDERANDO que o art. 7º, §1º, letra "c", da Resolução CONANDA nº 170/14, dispõe que à Comissão Eleitoral do CMDCA cabe definir as condutas permitidas e vedadas aos(às) candidatos(as) a membros do(s) Conselho(s) Tutelar(es);

CONSIDERANDO, ainda, que o art. 11, §6º, incisos III e IX, da Resolução CONANDA nº 170/14, aponta também ser atribuição da Comissão Eleitoral do CMDCA, analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação, bem como resolver os casos omissos,

RESOLVE:

ART. 1º - A campanha dos(as) candidatos(as) a membros do Conselho Tutelar é permitida somente após a publicação da lista final dos(as) candidatos(as) habilitados(as) no Processo de Escolha e será encerrada a meia noite da véspera do dia da votação.

Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente de Ibiracú – CNPJ: 19.114.526/0001-20

Rua dos Curiós s/n, Bairro: Ericina – Cep : 29.670-000 – Ibiracú E/S.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IBIRAÇU

Criado pela Lei Municipal Nº 2.128/2000 Alterado pela Lei Municipal nº. Nº 3.614/2014

ART. 2º - Serão consideradas condutas **vedadas** aos (às) candidatos(as) devidamente habilitados ao Processo de Escolha dos membros do Conselho Tutelar de 2021 e aos seus prepostos:

DA PROPAGANDA

- a.) oferecer, prometer ou solicitar dinheiro, dádiva, rifa, sorteio ou vantagem de qualquer natureza;
- b.) perturbar o sossego público, com algazarra ou abusos de instrumentos sonoros ou sinais acústicos;
- c.) fazer propaganda por meio de impressos ou de objeto que pessoa inexperiente ou rústica possa confundir com moeda;
- d.) prejudicar a higiene e a estética urbana ou desrespeitar posturas municipais ou que impliquem qualquer restrição de direito;
- e.) caluniar, difamar ou injuriar quaisquer pessoas, bem como órgãos ou entidades que exerçam autoridade pública;
- f.) fazer propaganda de qualquer natureza, que for veiculada por meio de pichação, inscrição a tinta, fixação de placas, estandartes, faixas e assemelhados, nos bens cujo uso dependa de cessão ou permissão do Poder Público, ou que a ele pertençam, e nos de uso comum (cinema, clubes, lojas, centros comerciais, templos, ginásios, estádios, ainda que de propriedade privada), inclusive postes de iluminação pública e sinalização de tráfego, viadutos, passarelas, pontes, paradas de ônibus e outros equipamentos urbanos;
- g.) colocar propaganda de qualquer natureza em árvores e nos jardins localizados em áreas públicas, bem como em muros, cercas e tapumes divisórios, mesmo que não lhes causem dano;
- h.) fazer propaganda mediante *outdoors*, sujeitando-se a empresa responsável e candidatos(as) à imediata retirada da propaganda irregular.

DA CAMPANHA PARA ESCOLHA

Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente de Ibiracú – CNPJ: 19.114.526/0001-20

Rua dos Curiós s/n, Bairro: Ericina – Cep : 29.670-000 – Ibiracú E/S.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IBIRAÇU

Criado pela Lei Municipal Nº 2.128/2000 Alterado pela Lei Municipal nº. Nº 3.614/2014

- a.) confeccionar, utilizar ou distribuir por comitê, candidato(a) ou com a sua autorização, camisetas, chaveiros, bonés, canetas, brindes, cesta básicas ou quaisquer outros bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao(à) eleitor(a);
- b.) realizar *showmício* e evento assemelhado para promoção de candidatos(as), bem como apresentação, remunerada ou não, de artistas com a finalidade de animar comício ou reunião de campanha;
- c.) utilizar trios elétricos em campanha, exceto para a sonorização de anúncio de comícios;
- d.) usar símbolos, frases ou imagens, associadas ou semelhantes às empregadas por órgão de governo, empresa pública ou sociedade de economia mista;
- e.) efetuar qualquer tipo de pagamento em troca de espaço para a veiculação de propaganda em bens particulares, cuja cessão deve ser espontânea e gratuita;
- f.) contratar ou utilizar, ainda que em regime de voluntariado, de crianças e adolescentes para distribuição de material de campanha em vias públicas, residências de eleitores e estabelecimentos comerciais.

NO DIA DO PROCESSO DE ESCOLHA

- a.) usar alto-falantes e amplificadores de som ou promover comício ou carreata;
- b.) arregimentar eleitor ou fazer propaganda de boca de urna;
- c.) até o término do horário de votação, contribuir, de qualquer forma, para aglomeração de pessoas portando vestuário padronizado, de modo a caracterizar manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos;
- d.) fornecer aos(às) eleitores(as) transporte ou refeições;
- e.) doar, oferecer, prometer ou entregar ao(à) eleitor(a), com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde o registro de candidatura até o dia da eleição, inclusive (captação de sufrágio);
- f.) padronizar, nos trabalhos de votação, o vestuário dos(as) seus(suas) respectivos(as) fiscais.

Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente de Ibiracú – CNPJ: 19.114.526/0001-20

Rua dos Curiós s/n, Bairro: Ericina – Cep : 29.670-000 – Ibiracú E/S.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IBIRAÇU

Criado pela Lei Municipal Nº 2.128/2000 Alterado pela Lei Municipal nº. Nº 3.614/2014

DAS PENALIDADES

ART. 3º - O desrespeito às regras apontadas no art. 2º desta Resolução caracterizará inidoneidade moral, deixando o(a) candidato(a) passível de impugnação da candidatura, por conta da inobservância do requisito previsto no art. 133, inciso I, da Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

DO PROCEDIMENTO DE APURAÇÃO DE CONDUTAS VEDADAS

ART. 4º - Qualquer cidadão ou candidato(a) poderá representar à Comissão Eleitoral do CMDCA contra aquele(a) que infringir as normas estabelecidas por meio desta Resolução, instruindo a representação com provas ou indícios de provas da infração.

Parágrafo único - Cabe à Comissão Eleitoral do CMDCA registrar e fornecer protocolo ao representante, com envio de cópia da representação ao Ministério Público.

ART. 5º - No prazo de 01 (um) dia contado do recebimento da notícia da infração às condutas vedadas previstas nesta Resolução, a Comissão Eleitoral do COMCAIBIR deverá instaurar procedimento administrativo para a devida apuração de sua ocorrência, expedindo-se notificação ao(à) infrator(a) para que, se o desejar, apresente defesa no prazo de 02 (dois) dias contados do recebimento da notificação (art. 11, §3º, inciso I, da Resolução CONANDA nº 170/14).

Parágrafo único - O procedimento administrativo também poderá ser instaurado de ofício pela Comissão Eleitoral do COMCAIBIR, assim que tomar conhecimento por qualquer meio, da prática da infração.

ART. 6º - A Comissão Eleitoral do COMCAIBIR poderá, no prazo de 02 (dois) dias do término do prazo da defesa:

I - arquivar o procedimento administrativo se entender não configurada a infração ou não houver provas suficientes da autoria, notificando-se pessoalmente o representado e o representante, se for o caso;

II - determinar a produção de provas em reunião designada no máximo em 02 (dois) dias contados do decurso do prazo para defesa (art. 11, § 3º, inciso II, da Resolução CONANDA nº 170/14).

Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente de Ibiracú – CNPJ: 19.114.526/0001-20

Rua dos Curiós s/n, Bairro: Ericina – Cep : 29.670-000 – Ibiracú E/S.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IBIRAÇU

Criado pela Lei Municipal Nº 2.128/2000 Alterado pela Lei Municipal nº. Nº 3.614/2014

§ 1º - No caso do inciso II supra, o representante será intimado pessoalmente a, querendo, comparecer à reunião designada e efetuar sustentação, oral ou por escrito, à luz das provas e argumentos apresentados pela defesa;

§ 2º - Após a manifestação do representante, ou mesmo na ausência deste, será facultado ao representado a efetuar sustentação, oral ou por escrito, por si ou por defensor constituído;

§ 3º - Eventual ausência do representante ou do representado não impedem a realização da reunião a que se refere o inciso II supra, desde que tenham sido ambos notificados para o ato.

ART. 7º - Finalizada a reunião designada para a produção das provas indicadas pelas partes, a Comissão Eleitoral decidirá, fundamentadamente, em 02 (dois) dias, notificando-se, em igual prazo, o(a) representado(a) e, se o caso, o(a) representante, que terão também o mesmo prazo para interpor recurso, sem efeito suspensivo, à Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (art. 11, § 4º, da Resolução CONANDA nº 170/14).

§ 1º - A Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente decidirá em 02 (dois) dias do término do prazo da interposição do recurso, reunindo-se, se preciso for, extraordinariamente (art. 11, § 4º, da Resolução CONANDA nº 170/14);

§ 2º - No julgamento do recurso será observado o mesmo procedimento indicado no art. 6º, §§ 1º a 3º da presente Resolução.

ART. 8º - Caso seja cassado o registro da candidatura, em havendo tempo hábil, o nome do candidato cassado será excluído da cédula eleitoral ou da programação da urna eletrônica.

Parágrafo único - Em não havendo tempo hábil para exclusão do nome do candidato cassado da cédula eleitoral ou da programação da urna eletrônica, os votos a ele porventura creditados serão considerados nulos.

ART. 9º - O (A) representante do Ministério Público, tal qual determina o art. 11, § 7º, da Resolução CONANDA nº 170/14, deverá ser cientificado de todas as decisões da Comissão Eleitoral do COMCAIBIR e de sua Plenária, no prazo de 02 (dois) dias de sua prolação.

Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente de Ibiracú – CNPJ: 19.114.526/0001-20

Rua dos Curiós s/n, Bairro: Ericina – Cep : 29.670-000 – Ibiracú E/S.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IBIRAÇU

Criado pela Lei Municipal Nº 2.128/2000 Alterado pela Lei Municipal nº. Nº 3.614/2014

ART. 10 - Os prazos previstos no art. 3º seguirão a regra do art. 212 do Código de Processo Civil (Lei Federal nº 13.105), ou seja, realizar-se-ão em dias úteis, das 06 (seis) às 20 (vinte) horas.

DA PUBLICIDADE DESTA RESOLUÇÃO

ART. 11 - Para que o teor desta Resolução seja de conhecimento de todos os munícipes e candidatos(as), ela deverá ter ampla publicidade, sendo afixada em locais de grande acesso ao público e outros meios de divulgação, inclusive radio se possível e pelo site da Prefeitura Municipal de Ibiracú.

Parágrafo único - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente dará ampla divulgação dos telefones, endereços eletrônicos e locais onde poderão ser encaminhadas denúncias de violação das regras de campanha;

ART. 12 - A fim de que os(as) candidatos(as) não aleguem desconhecimento do teor desta Resolução, a Comissão Eleitoral do COMCAIBIR fará reunião do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar:

a.) antes do início da campanha, tão logo seja publicada a relação dos(as) candidatos(as) inscritos(as) e considerados(as) habilitados(as) - art. 11, §§ 5º e 6º, da Resolução CONANDA nº 170/14;

Parágrafo único - Será lavrado em ata e lista de presença, assinado por todos (as) candidatos(as) a Membros do Conselho Tutelar e integrantes da Comissão Eleitoral, no sentido de que as regras previstas nesta Resolução serão devidamente respeitadas, sob pena de impugnação da candidatura (art. 11, §6º, inciso I, da Resolução CONANDA nº 170/14).

Art. 13º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ibiracú, 07 de abril de 2022.

JAMILLY SILLER LAHASS

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IBIRAÇU

Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente de Ibiracú – CNPJ: 19.114.526/0001-20

Rua dos Curiós s/n, Bairro: Ericina – Cep : 29.670-000 – Ibiracú E/S.

CALENDÁRIO DE REUNIÕES COMCAIBIR

ANO 2022
08/02/2022
08/03/2022
05/04/2022
10/05/2022
07/06/2022
05/07/2022
10/08/2022
06/09/2022
04/10/2022
08/11/2022
06/12/2022

